

# Epistemologia da errância: a sedentarização da significação na linguagem científica

João Flávio de Almeida<sup>1</sup>

Resumo: O objetivo deste artigo é apresentar de forma introdutória as noções de errância e sedentarização como figuras teóricas para a concepção de uma Epistemologia da Errância, tal como proposta em *Epistemologia da Errância: erro, hiância e ciência em discurso*, de João Flávio de Almeida. Esse olhar epistemológico tem como foco interrogar a produção, a circulação e os efeitos dos saberes científicos na contemporaneidade para, com base nisso, propor uma nova perspectiva e uma nova forma de escuta de saberes denegados e foracluídos dos muros acadêmicos. Neste artigo, o itinerário teórico passa por uma breve apresentação dos conceitos, mas detém-se principalmente em resgatar da historiografia os primeiros modelos de relação do ser humano com o mundo, a saber, errância, nomadismo e sedentarismo - atentando-se às peculiaridades de seus funcionamentos -, para então propor um aparato teórico-analítico sobre a epistemologia dos saberes científicos na contemporaneidade.

Palavras-chave: Epistemologia; Errância; Erro; Discurso Científico

Neste artigo, pretende-se delinear os pressupostos iniciais daquilo que chamamos, aqui, de Epistemologia da Errância (ALMEIDA, 2019): um olhar sobre a produção de saberes filosóficos e científicos na contemporaneidade, calcado no campo de estudos conhecido como Análise do Discurso Francesa (PÊCHEUX, 2008; 2009). O objetivo principal deste texto é delinear as noções de errância e sedentarismo, de tal forma que possam ser usadas como figuras teóricas (transposição de sentidos) entre tais conceitos e os gestos discursivos de produção de saberes científicos. Logo, propõe-se aqui cotejar conceitualmente: a) as noções advindas do campo da história, a saber, as relações dos primeiros

---

1 Graduação em Comunicação Social e em Filosofia. Mestre e doutor pela UFSCar, Pós-doutor pela USP. Professor na Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP). Realiza pesquisas em Análise do Discurso, Discurso Imagético, Discurso Artístico e Filosofia da Linguagem.

seres humanos com o espaço que habitavam - errância, nomadismo e sedentarismo -, com: b) as relações de produção de sentidos ditos “científicos”. Nesses termos, as possibilidades emergem na forma de uma produção errante de saberes, em contraposição a uma produção sedentarizada de saberes, com tudo aquilo que implica cada uma dessas variantes.

De saída, importa ressaltar que este itinerário teórico parte da relação entre epistemologia e língua, ou seja, assume que saberes e conhecimentos se estruturam como linguagem e por isso são submetidos aos mesmos jogos discursivos que os demais saberes (PÊCHEUX, 2009, p.35). Logo, o objeto de estudos aqui analisado é o saber científico, e não o conhecimento científico, tal como diferencia Lyotard:

Pelo termo “saber” não se entende apenas, é claro, um conjunto de enunciados denotativos; a ele misturam-se as ideias de saber-fazer, de saber-viver, de saber escutar etc. Trata-se então de uma competência que excede a determinação e a aplicação do critério único de verdade, e que se estende às determinações e aplicações dos critérios de eficiência (qualificação técnica), de justiça e/ou de felicidade (sabedoria ética), de beleza sonora, cromática (sensibilidade auditiva, visual), etc. Assim compreendido, o saber é aquilo que torna alguém capaz de proferir ‘bons’ enunciados denotativos, mas também ‘bons’ enunciados prescritivos, avaliativos... Não consiste numa competência que abranja determinada espécie de enunciados, por exemplo, os cognitivos, à exclusão de outros. Ao contrário, permite ‘boas’ performances a respeito de vários objetos de discurso (LYOTARD, 2015, p. 36).

Essa escolha se justifica pela competência na qual podemos ingressar sem prejuízos teóricos: só podemos abordar, aqui, a prática languageira

e discursiva fundante dos saberes ditos científicos, ou seja, aqueles sentidos que transbordam para fora do campo científico, subsidiando outros enunciados. Evidentemente, não nos colocaremos a confrontar os conhecimentos científicos; apenas podemos colocar em questão – para analisar seus efeitos discursivos e sociais - são os saberes que ultrapassam os limites da academia e passam a fornecer sentidos “verdadeiros, claros e evidentes”, nas palavras de Lyotard, alicerces de “boas performances a respeito de vários objetos de discurso” (LYOTARD, 2015, p. 36).

O percurso proposto neste artigo se inicia pelo delineamento das noções de errância e sedentarização. Tal itinerário teórico, calcado na história, se justifica pelas nuances que tais modos de vida podem nos oferecer como subsídio para um modelo teórico. Olhar para os primeiros humanos, seus ganhos e perdas, suas concepções de progresso e fracasso, mas principalmente seus gestos de transformação do mundo, permite-nos formular uma figura teórica capaz de auxiliar na compreensão da produção de saberes na contemporaneidade. Com base nessas figuras teóricas, propomos interrogar a produção de saberes científicos e seus efeitos nas sociedades contemporâneas na qual a linguagem dita “científica” já se encontra em elevado nível de produção de efeitos materiais e discursivos.

### **Erro e errância: efeitos de sentido**

Na língua portuguesa a palavra “errar” produz uma profunda ambiguidade: falhar é diferente de perambular sem rumo. Como verbo transitivo, “errar” demanda a presença de um objeto passível de erro pelo sujeito, mas na forma de verbo intransitivo, “errar” indica uma ação do sujeito sobre si mesmo: vagar, mover-se sem rumo. Neste último caso, errância significa movência contingente e insubmissa, antítese contraditória da noção de sedentarização, que é ilusão de estabilização.

Em relação à linguagem - a mesma que fundamenta a *doxa* e a

episteme -, “errância tem que ver com a noção de relação, encontro e hiância na significação, ou melhor com o encontro entre fragmentos impossíveis de se tornarem singularidades: é a presença vulgar do ‘não-um’, é a movência decorrente da não-união” (ALMEIDA, 2019, p. 61). Tanto a base linguística quanto a base discursiva de um dado saber são constituídas por elementos de significação impossíveis de constituir uma totalidade estável; no cerne do signo habita uma hiância irremediável, uma cisão incorrigível, e o mesmo ocorre entre cada parte constituinte do discurso: cortes impossíveis de seres suturados. Partimos dessa hiância fundamental para lançar luz sobre a movência (errância) que impede a estabilização (sedentarização) plena dos sentidos. O trabalho ideológico de estabelecer moradas e muros para a significação não se dá sem exaustivos rituais de repetição, uma espécie de ritual de costura de fragmentos fadados ao fracasso do esgarçamento.

Isso implica assumir que mesmo na produção de saberes científicos, no âmago de cada palavra, governa um ímpeto de agitação e perturbação, e não uma ordenação estável. Logo, é com movência contingente que se ladrilha o caminho do saber, e não com ordem, confinamento e administração. É de fragmentos moveidões que os saberes são constituídos, não de monólitos inteiriços e inabaláveis. Como gesto de negação e correção da errância na significação, surgem diversos trabalhos de sedentarização da língua e do saber, projetos ideológicos que tentam suturar as hiâncias e costurar os fragmentos, regidos pelo desejo sempre fracassado de produzir unidades estáveis de sentido para o saber filosófico e científico.

Partindo da obra *Epistemologia da errância: erro, hiância e ciência em discurso*, este olhar filosófico-discursivo visa discutir os efeitos da sedentarização dos sentidos por meio de enunciados axiomáticos, fornecidos em larga escala pelos saberes ditos científicos.

Na filosofia, a noção de “errância” já foi teorizada por diferentes pensadores. Em Heidegger (2002), ainda que perifericamente, esse termo

aparece como condição da consciência em movimento. Já em Foucault (2002), a errância aparece em uma relação com a literatura, ficção e loucura, gestos humanos que na modernidade se sucumbem ao discurso pacificador da racionalidade científica. Por vezes, a noção de errância foi associada diretamente à noção de nomadismo, como acontece com Maffesoli (2001), o único teórico dessa lista que colocou a errância no centro de seu pensamento. Em sua teoria, ocorre uma síntese do par antinômico nomadismo-sedentarismo na forma de um *enraizamento dinâmico*. Assim, nomadismo e errância aparecem em Maffesoli na forma de movimento social ininterrupto, mas que se fundamenta sobre uma espécie de estrutura sólida e estável; trata-se de uma “sede do infinito” que põe em movimento os valores e instaura um estado de constante aventura, uma reconexão da humanidade à sua principal essência: o não-ser. Por último, importa evidenciar o trabalho de Deleuze (1988), sobretudo seus trabalhos que teorizam o nomadismo como uma multiplicidade pura e sem medida - irrupção do efêmero e potência da metamorfose. Para ele o nomadismo é uma máquina de guerra contra os efeitos de dominação dos detentores do poder.

Não nos interessa aqui descrever todas as diferentes teorias que se aproximaram da noção de errância. Sem desconsiderar o já dito a respeito desse conceito, o objetivo deste texto é propor uma nova prática teórica sobre essa formulação para depois considerar o funcionamento discursivo (errante) que fornece sentidos, interpela sujeitos e fornece realidades. Destes apontamentos prévios, alguns questionamentos emergem: quais os contornos da noção de errância? Quais as relações possíveis entre errância e erro? Como tais conceitos podem nos ajudar a compreender a produção de saberes científicos na contemporaneidade? Esse itinerário teórico se iniciará pela distinção entre os termos errância, nomadismo e sedentarismo. A principal diferença se dá entre errância e sedentarismo, todavia as sutis nuances que diferem errância de nomadismo são também

importantes para esta definição inicial. Para tanto, resgataremos da historiografia os traços peculiares constitutivos desses termos, e por isso importa dar especial atenção para cada gesto errante, nômade e sedentário, na intenção de formularmos uma figura teórica com base em tais modelos.

### **Errância, nomadismo e sedentarismo**

Em 2013, a *National Geographic Brasil* (FINKEL, 2013) divulgou uma matéria sobre um grupo de nômades, os quirguizes, que por mais de dois mil anos perambulam pelo deserto do Afeganistão. O relato mostra que os quirguizes se mudam de duas a quatro vezes por ano, dependendo das condições do tempo e da disponibilidade de pasto e vegetações. Para eles, é vital adquirir conhecimento sobre os pontos de estadia temporária, pois faz-se necessário saber onde cresce um determinado tipo de vegetação na estação correta, garantindo pastagem para os animais e, com isso, carne, leite, queijo, lã, couro etc. É preciso saber onde normalmente há água, por exemplo. Os nômades não podem andar completamente sem direção.

Para os quirguizes, nomadismo não significa apenas perambular, uma decisão errada a respeito de um caminho pode custar a vida de toda família. Contudo, a maioria dos quirguizes do Afeganistão rejeita os cuidados e os controles fornecidos por um governo, afinal, sentem-se indomáveis. Sem querer romantizar tal estilo de vida, o nomadismo vivido por este povo é implacável: para sobreviver é necessário conhecimento e planejamento, eles não podem errar (falhar). A noção de nomadismo está no limite conceitual entre a errância e o sedentarismo.

Por razões simples, não seria possível retomar milhões de anos em poucas páginas, além do mais, importa ressaltar que este não é um texto inscrito na ciência historicista; desse modo, importa apenas, como analogia teórica, delinear essas noções na intenção de propor modos de compreensão para o funcionamento do saber na contemporaneidade.

O primeiro modo de existência dos seres humanos foi a errância, quando os *sapiens* perambulavam pelo mundo sem rumos nem planejamentos (RIGHI, 2017, p.22). O nomadismo emergiu gradualmente no decorrer dos milênios seguintes como um funcionamento social um pouco mais avançado. Na pré-história, os primeiros grupos de *homo sapiens* viviam em pequenos bandos errantes onde a preocupação com a sobrevivência num ambiente natural e hostil começava a ganhar contornos mais complexos. Se, até então, eles eram meros coletores de alimentos, dependentes do acaso e completamente suscetíveis às intempéries do mundo, gradativamente eles começaram a aprender a prever certos movimentos do mundo, o que culminou nos primórdios do planejamento de vida. Essa mudança foi muito mais importante do que inicialmente parece; era o surgimento de uma série de novos afetos, hábitos e gestos: era a saída da era da submissão à contingência para a entrada na era do controle do mundo.

Essa nova postura de domínio inaugurou uma série de vantagens e desvantagens. Caçar, pescar, procurar frutas e raízes, fugir de animais perigosos e abrigar-se das variações climáticas eram problemas cotidianos. Os agrupamentos de *homo sapiens* dessa época tinham que se adaptar às variações frequentes do mundo ao seu redor, logo, era de suma importância conhecer os melhores pontos e os melhores períodos em que pudessem sanar cada uma de suas necessidades. Era preciso planejar e organizar corretamente espaço, tempo e necessidades específicas. Se para os errantes não havia erros, haja vista que eles apenas se submetiam à contingência do devir, para os nômades a falha passava a ser fatal para todo o bando.

Na medida em que se desenvolviam os conhecimentos sobre espaço, tempo e necessidades, os nômades começaram a diminuir o ritmo e as distâncias de suas andanças, transformando o movimento em sedentarismo. Noções como erro e acerto, progresso e fracasso, estavam no cerne dessa transformação. Gradualmente, onde o trigo, a carne de caça

e outras fontes de alimento se tornavam abundantes, os bandos humanos puderam estabelecer-se e abandonar seu estilo de vida errante e nômade (HARARI, 2017).

A revolução agrícola implicou diversas transformações no estilo de vida e no corpo humano, algumas positivas, outras nem tanto. Paradoxalmente, “a vida de um camponês era menos segura que a de um caçador-coletor” (HARARI, 2017, p. 91). Infere-se, portanto, que a segurança e os progressos conquistados trouxeram uma quantidade significativa de novas dificuldades inexistentes no período dos errantes coletores.

A transformação mais sintomática foi que o sedentarismo promoveu uma vida em geral mais difícil e menos gratificante. Segundo Harari (2017, p. 95), os errantes passavam o tempo com atividades mais variadas e estimulantes; e ao contrário do que se poderia pensar, estavam menos expostos à ameaça de fome e doenças. A revolução agrícola aumentou a provisão total de alimentos à disposição dos grupos de humanos, mas o domínio das terras e plantações não se traduziu em melhor qualidade de vida. Ao contrário, traduziu-se em explosões populacionais, aumento de doenças, acúmulo de alimentos repetidos e originou a divisão de trabalhos e classes.

Para Harari (2017, p. 96) e Righi (2017, p. 40), o agricultor sedentário trabalhava mais que o errante caçador-coletor, contudo, obtinha em troca uma qualidade de vida inferior. Nessa perspectiva, o sedentarismo mostrou-se como uma armadilha que sugeria facilidades, mas ao contrário, impulsionou o aumento populacional e obrigou o ser humano a trabalhar mais e a caminhar mais, só que agora ao redor de um espaço repetível, a colheita. O sedentarismo também impôs o acúmulo de conhecimento, o estabelecimento de regras sociais e uma nova dinâmica familiar: era a origem das pequenas cidades e da sociedade de classes.

Ao produzir facilidades, o sedentário produziu também dependências;

transformou o mundo e passou a acreditar que não podia mais viver sem essas facilidades. O conhecimento passou a ser acumulado: o sedentário não podia dar-se ao luxo de deixar os saberes caminharem sem direção, afinal, errar a época do plantio e da colheita poderia ser fatal para um número cada vez maior de indivíduos.

O trabalho do sedentário, na intenção de garantir sua segurança, só aumentava. Agora era preciso criar e manter toda uma estrutura social que garantisse a posse permanente de um dado pedaço de terra e de tudo que havia sido construído ali. Essa estrutura social permitiu ao sedentário um crescimento de suas divisas, o que fazia aumentar também a população; os novos vilarejos sedentários, onde viviam cada vez mais indivíduos em condição de grande proximidade, eram verdadeiras incubadoras de doenças infecciosas. A passagem para esse modelo de sedentarização é tido hoje por muitos historiadores como uma grande armadilha; nas palavras de Harari (2017, p. 93), “a maior fraude da história”.

Com a troca da errância pelo sedentarismo, surgiu toda uma série de novos problemas. Os sedentários habituaram-se a uma variedade muito menor de alimentos, e por isso se tornaram ainda mais suscetíveis às pragas e às secas. E quando tudo ocorria bem, o celeiro cheio atraía ladrões que poderiam até expulsá-los de suas terras. Quando pensavam em economizar tempo e esforço, na verdade apenas colocaram a roda da vida para girar mais rápido, proporcionando dias mais agitados e ansiosos.

O errante, por outro lado, tinha como característica fundamental o movimento desgovernado; apenas caminhavam sem rumo. Ele não se detinha em um determinado ponto mais do que o tempo necessário para descansar, comer e satisfazer outras necessidades fisiológicas. Os caminhos não eram planejados, eram apenas caminhados. Cada ponto existia apenas para ser desfrutado e abandonado, o que não implicava adquirir conhecimentos apurados e corretos sobre seus movimentos. Na errância, apenas se caminha.

Os indivíduos errantes pré-históricos “eram animais insignificantes, cujo impacto sobre o ambiente não era maior que o de gorilas, vaga-lumes ou águas-vivas” (HARARI, 2017, p. 12). Evidentemente, o errante estava mais em baixo na cadeia alimentar, e durante milhões de anos viveram de pequenas caças e coletas de alimentos encontrados pelo caminho. Eles não eram diferentes do mundo no qual viviam, não o submetiam às suas necessidades, tampouco transformavam o cenário mais do que qualquer outra espécie de animal.

Os errantes caçadores-coletores habitavam territórios muito vastos. Não havia a ideia de “morada”: lar era o território inteiro, até onde se dispusessem a caminhar. O sedentário, por outro lado, passava a maior parte de seus dias trabalhando em torno de pequenos territórios, e sua vida doméstica era centrada em uma estrutura diminuta, feita de madeira, pedra ou barro, medindo não mais do que algumas dezenas de metros: a casa (RIGHI, 2017, p.55).

Os errantes dispunham de poucas ferramentas, afinal não se atinavam em transformar o espaço para atender suas necessidades. De outro modo, na vida dos sedentários quase todas as relações com o mundo são intermediadas por ferramentas. Foi dessa forma que o *Homo sapiens* saiu da base da cadeia alimentar para ocupar posições elevadas no topo da lista dos caçadores mais eficientes da natureza. Com tais ferramentas em mãos, depois milênios de caça, nômades e sedentários foram capazes de levar diversas espécies animais à extinção. Segundo Harari (2017, p. 110), em posse de ferramentas, os humanos foram responsáveis pela extinção de até noventa por cento da megafauna que habitava o planeta até dez mil anos atrás.

Dessa rede de transformações emergia também a noção de posse - não somente de um objeto, mas da força de trabalho usada para transformar aquele objeto. A força e o conhecimento para transformar um determinado território instauravam a ilusão de propriedade, pois sem o

sujeito-transformador (sua força e conhecimento), aquelas construções não viriam à existência (RIGHI, 2017, p. 66). Assim, nos espaços sedentários de maior “progresso”, começaram a surgir governantes e elites que viviam do excedente dos camponeses, deixando-os com o mínimo para a sobrevivência. Nascia assim o poder político - a administração, a exploração e os impostos. Era o início também da riqueza de poucos e da pobreza de muitos, do ócio de poucos e do trabalho árduo de muitos, da produção intelectual de poucos administradores do conhecimento às custas do trabalho braçal de centenas e milhares. “A história é o que algumas poucas pessoas fizeram enquanto todas as outras estavam arando campos e carregando baldes de água” (HARARI, 2017, p. 111).

Contudo, uma das maiores perdas do sedentarismo emergia na forma de contradição: a propriedade, ao circunscrever uma divisa, fazia do sedentário um estrangeiro daquilo que estava para fora de suas fronteiras. Se ele era proprietário de uma pequena parte do mundo, em todo o restante se tornava forasteiro, o que lhe empurrava ainda mais para dentro de seus muros, instaurando também uma negligência e até um certo apagamento do que está além – “jogar o lixo para fora de casa” é uma das consequências mais funestas dessa concepção. Sedentarizar implica estabelecer um excedente apagável, um resto descartável. Excluídos de suas divisas, as belas pradarias, florestas e rios não eram apenas esquecidos, eram também recusados e desprezados. O nome desse gesto, na psicanálise lacaniana (LACAN, 2011, p. 155), é foraclusão - o gesto de ao mesmo tempo excluir e apagar sentidos, realidades e produzir restos.

Um dos principais efeitos do sedentarismo, um de seus principais símbolos, é o muro. Sedentarizar é estabelecer morada fixa recortando um determinado espaço através de muros que, se por um lado resguardam, estabelecem também um resto, um outro do lado de fora. Estabelecer muros é proteger, mas também negar: denegar. Em termos lacanianos, a noção de denegação (LACAN, 2011, p. 171) é o gesto de ver e ao mesmo

tempo fingir não ver; é recusar algo e colocar em seu lugar um substituto que nega o primeiro.

A sedentarização, portanto, pode ser delineada como um gesto de tripla produção concomitante: 1) a busca por ordem e proteção, 2) o apoucamento da potência de ser, e 3) a excreção do além-muro na forma de restos. Se podemos aprender algo até este momento do texto é que o movimento do sedentário não era apenas menor em relação ao dos errantes: era também repetível, enfadonho e insalubre. Em prol de uma segurança maior, se dispunham a uma existência menor (HARARI, 2017, p. 91). Em nome de uma pretensa liberdade em relação às intempéries contingentes da vida, o sedentarismo instaurava a submissão à propriedade: era preciso vigiar, cuidar, submeter-se a responsabilidades e preparar-se para a guerra (HARARI, 2017, p. 93). Nada disso fazia parte do modo de vida dos errantes.

Além de menores, os espaços dos sedentários eram também mais artificiais. Os sedentários construía ilhas humanas transformando radicalmente a natureza. Derrubavam árvores, cavavam canais, limpavam campos, sulcavam a terra e plantavam alimentos de forma ordenada, tudo isto dentro de marcos territoriais assegurados por cercas, casas e pontos de vigia. Essa transformação do mundo propiciava aos agricultores sedentários a ilusão de que aquele espaço lhes pertencia: eram “suas” plantas, “seus” animais, “suas” casas (HARARI, 2017, p. 96).

No final das contas, o temor diante das intempéries da natureza foi substituído pelo medo da perda, pela inquietação incessante do iminente desmoronamento de toda uma estrutura material e social. A sedentarização mostrou-se, então, uma ilusão muito pesada de sustentar, afinal, as contingências inevitáveis ainda rondavam tanto o interior quanto o exterior dos muros, e faziam da vida sedentária um abrigo muito árduo de ser mantido em pé: errar ou acertar tornavam-se, então, o limiar de uma nova forma de sobrevivência (RIGHI, 2017, p.117).

Delineadas algumas diferenças entre errância, nomadismo e sedentarismo, podemos agora antever um traço que parece atravessar as três formas de existência do ser humano no mundo: o estabelecimento de projetos. Nômades e sedentários precisavam estabelecer planos de organização social, projetos de plantio e colheita, esquemas de estocagem e troca etc. Para eles, um simples erro poderia custar muito caro. Logo, erro e acerto aparecem como possibilidades materiais, pois ambos partem do estabelecimento de projetos que podem triunfar ou falhar. O errante, ao contrário, enquanto erra (caminha errante) não erra (falha); o errante parecia habitar o mundo para além do erro e do acerto, o que lhe permitia diluir-se em um espaço sem restos.

O objetivo deste resgate histórico é, como apontado anteriormente, encontrar substrato teórico para a fundamentação de uma Epistemologia da Errância, que consiste, grosso modo, em uma análise do discurso trabalhado pelo saber científico na contemporaneidade. Calcados na Análise do Discurso inaugurada por Michel Pêcheux (2009), propomos lançar mão da noção de “sedentarização” como figura teórica com base na qual se possa descrever não só os procedimentos ideológicos de estabilização, mas também os de posse, apoucamento, administração, domínio, seleção, exclusão e economia dos sentidos e dos discursos. A errância da significação, por outro lado, emerge como contraparte da sedentarização: movência contingente, larga e inclusiva.

O objetivo principal desta proposta é lançar luz sobre os efeitos do trabalho discursivo da linguagem entendida como “científica” que sedentariza a significação na contemporaneidade; é desnudar as contradições advindas do apoucamento da potência do sentido, que se manifestam na especialização verticalizada; é ponderar sobre o prejuízo secreto do “aperfeiçoamento” e do “progresso” apregoado pelo saber científico. Propomos, assim, denunciar a armadilha da desmedida sedentarização da significação produzida pelo método científico e dos

axiomas computacionais.

### **A sedentarização da significação: um breve estudo de caso**

Neste momento uma ressalva se faz importante: este texto não tem por objetivo desacreditar os saberes científicos, tampouco intenta negar os incontáveis progressos advindos deste campo. Não se trata disso. Trata-se, por outro lado, de lançar luz para um efeito colateral inerente ao próprio processo de aquisição do conhecimento que precisa, de igual forma, ser colocado em questão. Estabelecendo significações supostamente mais sólidas, a linguagem científica produz uma redução do processo semântico com efeitos adversos que parecem apontar para o seguinte paradoxo: ao fazer progredir verticalmente o conhecimento, faz regredir a amplitude horizontal do saber. Isso, todavia, não é tudo: quando produz supostas “estabilidades” semânticas, a linguagem científica cria também diversas ilusões, como a da neutralidade, a da descrição (contra a interpretação), além da quimera da “verdade”.

O gesto científico de “descrição” – gesto obliterador da prerrogativa de que toda descrição é interpretação (PÊCHEUX, 2008, p. 53) -, um dos efeitos colaterais da linguagem científica, pode ser entrevisto no dispositivo lógico-metodológico de estabelecimento de axiomas como um processo de re-inscrição do Interdiscurso no Intradiscurso. O interdiscurso (PÊCHEUX, 2008, p. 95) é constituído por dois processos discursivos contraditórios: 1) o processo discrepante de encaixe do pré-construído com o dizer, e 2) o processo de articulação (encadeamento e sustentação). Ao estabelecer axiomas iniciais para seus métodos e algoritmos, a ciência objetiva instalar um único sentido para determinado significante, ignorando, silenciando e apagando todas as demais possibilidades semânticas que ali orbitam.

Um exemplo desse trabalho de interpretar-dissimular ocorreu recentemente na 26ª Conferência Internacional de Física Atômica, em

Barcelona (MARTÍN, 2018), que marcou o final do embate científico e político pela redefinição da medida “peso”. A problemática partiu do questionamento do físico William Phillips, prêmio Nobel de física em 1997, ao defender a ideia de que o padrão de definição da unidade de massa deixasse de ser um objeto físico, a saber, um cilindro de platina-irídio de 1kg até então usado como parâmetro internacional para medir massas, e passasse a ser uma constante invariável da natureza. À primeira vista, essa definição pode parecer ingênua, talvez necessária, afinal, uma unidade de medida tão importante como essa não pode ter parâmetros tão precários quanto um objeto tão suscetível a mudanças – afinal, qualquer pequena variação de temperatura onde o cilindro estivesse guardado, e tudo no mundo mudaria de peso.

A controvérsia se inicia quando os físicos, de um lado, empenhavam-se para que 1 quilo fosse medido pela constante de Planck - relação entre a energia de um fóton e a frequência de sua onda. Do outro lado do embate, os químicos defendiam que 1 quilo deveria ser medido pelo número de Avogadro - relação entre a quantidade de átomos ou moléculas com a massa de uma amostra (DAMACENO, 2019, p. 2).

Dois efeitos discursivos interessam-nos nesse embate científico. O primeiro, mais evidente, é que o embate não se dá exclusivamente em termos científicos e lógicos. O resultado não será encontrado apenas na ideia de “melhor alternativa” para tal definição. Ao contrário: de cada lado havia grandes projetos e laboratórios com distintos objetivos, e a “vitória” de uma das opções, se concordamos com Pêcheux (2008), não pode ocorrer fora da política e da ideologia. Contudo, outro efeito mais sutil precisa ser realçado: a formação do axioma científico. Se na linguagem cotidiana o significante “1 (um) quilograma” pode perambular por muitos sentidos, na linguagem científica funciona o imperativo da precisão estável, condição de produção para que a ciência possa produzir “seus” próprios sentidos.

Esse gesto científico de foraclusão e denegação é gesto de seleção de

um sentido e apagamento dos demais. Não importa se um quilo é pesado para uma pessoa e leve para outra, que seja o tormento de um anoréxico ou a alegria de uma mãe que vê o filho crescer saudável. O processo de estabelecimento de axiomas científicos é, sobretudo, trabalho de produção de restos. A produção de “um” sentido, estável, lógico, sedentarizado, pode ser vista inicialmente como necessária e bem-quista pela comunidade científica e até mesmo fora de seus muros, mas quais são os efeitos dessa sedentarização da linguagem a longo prazo?

Se concordarmos com Lyotard (2015, p. 52), o conhecimento científico logo se verte em saber científico; dito de outra forma, não demora até que os efeitos da axiomática científica transborde para fora dos muros da ciência e implique o discurso “extracientífico” produzindo naturalizações. Aliás, a sedentarização dos sentidos é isso: é estabilização lógica do sentido, é seleção, interpretação e, sobretudo, apagamento de seu próprio gesto político-interpretativo. Sedentarizar o sentido é administrar os efeitos da palavra, é controlar a “pega” entre significante e significado, é fornecer “um” sentido, tomar posse dele e diminuir sua movência: é fincar raízes, “progredir” verticalmente e produzir lucro. Se Lyotard (2015) estiver certo, não demora até que o sentido “estabilizado” de 1 (um) quilograma circule em outros espaços discursivos, sedentarizando neles também toda movência. Para a ciência, o quilograma deve ser sedentarizado na quitanda da esquina, na farmácia e, quiçá, na balança de precisão do tráfico de drogas - desde que parta da ciência, e somente dela, tal definição.

Importa sublinhar aqui é que esse processo de seleção – e consequentemente, de produção de restos - consiste precisamente em uma interpretação (e não uma mera descrição) a respeito de qual sentido deve ser o mais “coerente” no interior de determinada prática discursiva. Logo, o trabalho de incluir “um” sentido e foracluir outros no processo de estabelecimento de axiomas científicos equivale ao trabalho de re-inscrição dos pressupostos fornecidos pelo interdiscurso no interior do fio-do-

discurso “científico” (intradiscurso). Tal inversão dissimuladora instaura as duas ilusões - ou esquecimentos ideológicos - no discurso praticado pela ciência: a ilusão de que não há outra forma de se significar 1 (um) quilograma, como no exemplo; e a ilusão de que tais sentidos estabilizados pertencem somente à ciência.

O processo de constituição de axiomas científicos se dá na forma de dissimulação do interdiscurso no interior do intradiscurso. Esse gesto de escolha de um sentido, de denegação e forclusão, instaura certa ilusão de que é na prática discursiva científica que nascem tais efeitos de sentido - e não da memória discursiva e de seus pressupostos (ALMEIDA, 2019, p. 241).

Dessa forma, entende-se que o trabalho metodológico de descrição, calcado no estabelecimento de axiomas não passa de um gesto interpretativo (PÊCHEUX, 2008, p. 54). Produzir e trabalhar axiomas científicos é escolher um sentido e esquecer os demais, mas é também interpretar apagando a interpretação, é reinterpretar, reafirmar e repetir:

Quando os sentidos vagam e falham, ou seja, quando os acontecimentos discursivos esgarçam a costura dos sentidos imposta pela ciência, os especialistas se colocam a tecer novas evidências e novas suturas, entesando e enrijando as linhas discursivas que se afrouxam e revelam falhas. Nestes termos, a prática discursiva funciona, nas palavras de Pêcheux, no batimento entre necessidade causal (a sedimentarização instrumental do sentido) e contingência casual (a errância que faz movência em uma dada estrutura). Toda descrição é interpretação, e como tal, errante (ALMEIDA, 2019, p. 241).

No caso analisado, importa ressaltar o efeito sedentarizador da significação que emana dos jogos políticos e ideológicos da ciência, sobejando até à produção de sentidos e sujeitos no cotidiano contemporâneo. Este artigo deixa em aberto algumas perguntas: em uma discursividade cada vez mais dominada por sentidos sedentarizados (diminuídos, administrados e repetidos), advindos da linguagem científica<sup>2</sup>, quais os efeitos materiais na produção de sujeitos discursivos? Estaria o progresso científico e sua linguagem aperfeiçoada lançando a humanidade em campos simbólicos cada vez mais restritos e controlados?

### Considerações finais

No discurso tecnocientífico que transborda os limites da academia, a sedentarização trabalha como ilusão de administração, controle e posse da significação: é economia de sentidos, delírio de aperfeiçoamento e progresso. Os saberes científicos que fundamentam toda sorte de discurso fazem funcionar um trabalho ideológico de apagamento das falhas e imprecisões do próprio campo, mas não só isso: essa prática discursiva atribui erros e falhas aos demais saberes – restos -, aqueles que ficam fora do muro científico. Estes devem ser corrigidos e domesticados se quiserem adentrar pelos portais sagrados do saber legitimado; ou devem ser apagados, foracluídos e denegados da cidadela do conhecimento.

O resultado é um profundo aperfeiçoamento que, a despeito de sugerir progresso, aprofunda a sociedade em uma prática linguageira cada vez mais diminuta e administrada por poucos. A economia da eficiência científica invade toda forma de saber: nada mais pode errar, falhar ou vagar. Os tempos em que a errância persistia estão acabando. A “movência”

---

<sup>2</sup> Importa lembrar que, para Pêcheux, não existe linguagem científica pura, fora da ideologia (PÊCHEUX, 2008).

enquanto mistério, desejo, medo, *eros* e dor, está desaparecendo. Entramos na era da repetição exacerbada de sentidos administrados, estes que se escamoteiam no discurso do progresso, mas que não passam de acúmulo do “mesmo”.

Assim, o conhecimento acanhado e repisado já não transforma: se apinha em celeiros pequenos, amassado e deformado. O apagamento do “desconhecido” não encontra muros, o grande algoritmo discursivo sedentariza e tiraniza redizendo sentidos, sujeitos e todo o mundo. A vastidão dos dados, a pluralidade dos sentidos e a amplitude dos saberes são todos centrifugados em máquinas de cálculos que reduzem toda complexidade do mundo a números desidratados, impiedosos e... repetidos. A tecnociência baseada em algoritmos se transforma, assim, em máquina de sedentarização, aparato de fazer muros, aparelho de reprodução parafrástica do mesmo: máquina de apoucamento e imobilização dos sentidos (ALMEIDA, 2019, p. 10).

Esse modelo excludente nos encouraa dentro de um sujeito cada vez mais diminuto, castra, impede afetos e administra criações. Tantas verdades lógicas e racionais trabalham incansavelmente no estabelecimento de muros, inanição intelectual, repetições, situações de controle constante, de exploração alheia, posse e acúmulo; produz guerras, doenças intelectivas, afastamento e esquecimento de “restos”, mas principalmente produz uma profunda diminuição do devir-mundo. Sedentarizado e repisado, saber precisa voltar a errar: a perambular sem rumo. Caso contrário, seremos vertidos em sujeitos profundamente diminutos, cercados por verdades e tecnologias frias e repetitivas, e viveremos uma realidade duplicada despida de todos os afetos humanos.

Se sedentarização é estabilização, errância é movência contingente.

Errância é encontro transitório, não estabelece posses: é simples fruição, sem restrição ou prescrição. A Epistemologia da Errância coloca-se na escuta de sentidos outros, imprevisíveis, ignorados e desconhecidos; convida a perambular, a deparar-se com profusão de sentidos: encontrar e partir. Isso significa uma produção de conhecimentos que, ao invés de foracuir, se coloca apenas a fruir. Significa, nas palavras de Pêcheux, vagabundear pelo “ordinário das massas” (PÊCHEUX, 2008, p. 48).

O objetivo da Epistemologia da Errância é, por isso, produzir movências, descosturar evidências e contestar as verdades tecnocientíficas pela única brecha que nos é possível: a do erro. Para produzir movências, o sujeito errante precisa, sobretudo, colocar-se na escuta dos sentidos silenciados e apagados pelo método científico e pelo axioma. Propõe-se, assim, um tipo de saber que inclua a incerteza, a contradição e o erro; só então seremos todos humanamente frágeis, e assim nos apoiaremos uns nos outros para sobrevivermos, e não em construções hipostasiadas e autocentradas. Assim resgataremos a transitoriedade e o caos constitutivo, e poderemos então entender e produzir uma sociedade inclusiva, fundada na relação entre indivíduos, abarcante e tolerante. Precisamos voltar a nos mover; precisamos voltar a errar – falhar e vagar. Falhar com gosto, errar melhor, errar bonito, perambular de se perder. Precisamos voltar a falar por falar, a brincar com o saber até cansar e, se for o caso, deixá-lo também se perder.

A epistemologia da errância é, finalmente, a prática de escuta de sentidos outros, trabalhando na descostura das pegas e das evidências administradas pelo discurso dominante. Logo, seu objetivo não é produzir ordem e fornecer interpretações especializadas que estabilizam logicamente os sentidos; seu objetivo é produzir movências contingentes, alargar a realidade discursiva e as possibilidades dos sujeitos que habitam a língua - de seus corpos, de seus objetos, de suas relações e de suas produções. Não há busca por eficiência, e o progresso, aqui, tem outra conotação: é

movência despreocupada, fruição e desejo. A epistemologia da errância inclina-se a ouvir os erros, a acolhê-los e produzir, então, *eros*: efeitos de sentidos errantes, para além do erro e do acerto. Se a epistemologia da sedentarização é aquela que imputa o erro como justificativa para o trabalho da correção, a Epistemologia da Errância, por outro lado, é aquela que erra e faz errar.

### Referências

ALMEIDA, J. F. **Epistemologia da errância**: erro, hiância e ciência em discurso. Campinas: Ed. Pontes, 2019.

DAMACENO, Luiz Paulo et al. A nova definição do quilograma em termos da constante de Planck. **Rev. Bras. Ensino Fís.**, São Paulo, v. 41, n. 3, jan 10, 2019. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1806-11172019000300406&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-11172019000300406&lng=en&nrm=iso)>.

DELEUZE, G. **Lógica do sentido**. São Paulo: Perspectiva, 1988.

FINKEL, M. **O povo do teto do mundo**. National Geographic Brasil. São Paulo: Editora Abril, 2013.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

HARARI, Y. N. **Sapiens**: uma breve história da humanidade. São Paulo: L&PM Editores, 2017.

HEIDEGGER, M. **Ser e tempo**. Petrópolis: Vozes, 2002.

LACAN, J. **O Seminário, livro 11**: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1979.

LYOTARD, J.-F. **O pós-moderno**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2015.

MAFFESOLI, M. **Sobre o nomadismo**: vagabundagens pós-modernas. Rio de Janeiro: Record, 2001.

PÊCHEUX, M. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes Editores, 2008.

\_\_\_\_\_. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 4. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

RIGHI, M. G. **Pré-história e História**: as instituições e as ideias em seus fundamentos religiosos. São Paulo: É Realizações, 2017.

---

*Epistemology of errance: the sedentarization of meaning in scientific language*

*Abstract: The purpose of this article is to introduce, in an introductory way, the notions of wandering and sedentarism as theoretical figures for the conception of an Epistemology of Errance, as proposed in Epistemology of Errance: error, hyance and science in discourse (ALMEIDA, 2019). This epistemological look focuses on interrogating the production, circulation and effects of scientific knowledge in the contemporary world, and from there, proposes a new look and a new way of listening knowledge that was denied and remained on the outside of the academic walls. In this article, the theoretical itinerary goes through a brief presentation of the concepts, but mainly focuses on rescuing from historiography the first models of human beings' relationship with the world, namely, wandering, nomadism and sedentarism - paying attention to the peculiarities of its functioning -, to then propose from them a theoretical-analytical apparatus on the epistemology of scientific knowledge in contemporary times.*

*Keywords: Epistemology; wandering; error; scientific discourse.*

---

Recebido em: 05/02/2021

Aceito em: 13/04/2021